



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14008 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

**OS EFEITOS DA POLÍTICA DE EJA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA-ES (2016-2019) E A GARANTIA DO ACESSO, DA JUSTIÇA SOCIAL E DO DIREITO À EDUCAÇÃO**

Edna Castro de Oliveira - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

Carlos Fabian de Carvalho - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

### **OS EFEITOS DA POLÍTICA DE EJA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA-ES (2016-2019) E A GARANTIA DO ACESSO, DA JUSTIÇA SOCIAL E DO DIREITO À EDUCAÇÃO**

O estudo tematizou o percurso da política de EJA de Vitória/ES, entre 2016 e 2019. Teve como objetivo avaliar os efeitos nos padrões de acesso, direito e justiça social, da Política de EJA. Fundamenta-se nos estudos de Arendt, Freire, Bonetti, Baudelaire e Akotirene buscando, em suas interlocuções, e na relação com os dados empíricos, compreender os efeitos da política de EJA. O enfoque epistemológico do ciclo de políticas de Ball (2011) e Mainardes (2006) foi assumido como opção na pesquisa, envolvendo traduções e recriações no processo de construção plural da política, Arendt (2016), junto a diferentes atores: educandas, educadoras e gestoras. Como resultados, os efeitos apontam a necessidade do reconhecimento dos sujeitos, suas condições de vida e interseccionalidades. As matrículas da EJA têm se efetivado na forma de transferência compulsória no Ensino Fundamental, por um processo de apatriamento que concentra matrículas de pessoas com deficiência, idosas e em situação de rua em uma única escola, o que tenciona a EJA como direito.

Palavras chave: Políticas educativas. Ciclo de políticas. Educação de jovens, adultos e idosos. Apátridas

#### **Introdução**

Este trabalho é resultado do doutoramento em educação desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Teve como objetivo geral avaliar os efeitos, ou seja, as mudanças nos padrões de acesso, direito e justiça social, da Política de EJA de Vitória, no período de 2016 a 2019. Em específico, buscamos identificar as

diferentes traduções, recriações e interpretações que têm composto a experiência da política de oferta da modalidade no município de Vitória; discutir os efeitos das diferentes traduções, bem como as suas contribuições para a garantia do direito à educação de jovens e adultos e/ou processos de apatriamento e exclusão educacional e demais problemas identificados, tanto para os sujeitos de direitos que não conseguem chegar até as escolas para se matricularem, quanto para os que estão matriculados. Buscou-se ainda caracterizar processos de resistência, acomodações, conformismo e subterfúgios, bem como seus desdobramentos, na garantia da justiça social, padrão de acesso e direito.

Com a intencionalidade de construir um diferencial nas formas de analisar as políticas públicas de EJA e, ressignificar as marcas da ciência moderna, suas tipificações, ordenamentos pedagógicos e construções de verdades que perpassam o estudo das políticas educativas, assumimos a contestação da relação da razão moderna como sinônimo de verdade absoluta, visto que as verdades são produzidas e a ciência acaba por se realizar, a partir das questões que cada tempo histórico coloca para os cientistas.

Sendo que é justamente essa historicidade da ciência que a liberta de um destino e do absolutismo de suas descobertas. Boneti (2015) afirma que em cada momento histórico, produzimos determinadas ideologias, em contexto de inter-relações entre a produção econômica, cultural e os interesses dos grupos dominantes, a partir dos quais verdades relativas se tornam absolutas e produzem referenciais, ações institucionais que dão origem à elaboração de políticas públicas em educação.

Importante ressaltar que essa epistemologia não assume o compromisso de desqualificar a importância da ciência moderna, bem como as suas contribuições para a sociedade contemporânea, mas sim refletir como a sociedade, ao se relacionar com esse conhecimento científico que tem buscado mais respostas produzidas como verdades absolutas, e menos tem se perguntado acerca do que não conseguimos ainda perceber.

Com essas inquietações, assumimos a modernidade, em Baudelaire (1976), provocando-nos a repensar esse conceito como um período da história e compreendê-la como uma postura, uma atitude de transitoriedade, uma consciência de descontinuidade do tempo, sem buscar a verdade ou um sentido interior, mas sim a reinvenção permanente.

Na tarefa interminável de compreender, identificamos aproximações entre Arendt (1993) e Freire (2001). Os dois autores apostam na compreensão preliminar dos humanos e no reconhecimento do saber popular como algo fundamental no processo de investigação. Arendt, em um artigo intitulado “Compreensão e Política”, afirma que o estudioso “deve tornar-se humilde e voltar a ouvir com muito cuidado a língua do povo” (ARENDR, 1993, p. 42). De posse dessas referências, apostamos em uma epistemologia que não produzisse hierarquização, buscando por elementos muitas vezes não valorizados pela razão moderna, ao mesmo tempo em que reconhecemos a complexidade em compreender uma política que ainda está em curso.

Assumindo a abordagem do ciclo de políticas em Mainardes (2006), a pesquisa analisou os efeitos quanto ao acesso, ao direito e à justiça social, Ball (2011) ,partindo de uma perspectiva em que os professores (as), gestores (as) e demais envolvidos exercem um papel ativo no processo de interpretação das políticas educacionais, o que possibilitou identificar as diferentes traduções, recriações e interpretações da política municipal de EJA.

Ressalta-se que, o contexto da prática, como um momento do ciclo de políticas, vivenciado e produzido por esses profissionais assume implicações determinantes no processo de implementação das políticas educacionais.

Nesse contexto da prática, ampliamos o olhar no percurso para o reconhecimento dos sujeitos da EJA, a partir de suas interseccionalidades, o que nos possibilitou identificar na política de EJA de Vitória, os processos de discriminação racial e de gênero, suas operações conjuntas e suas interações nas “avenidas identitárias”, a partir de uma perspectiva não eurocêntrica. Trata-se de perceber sobreposições nas estruturas que promovem exclusão, a partir de uma “matriz colonial moderna, cujas relações de poder são imbricadas em múltiplas estruturas dinâmicas” (AKOTIRENE, 2019, p. 14).

### **Análise e discussão dos resultados**

Ao analisarmos os efeitos da política de EJA do Município de Vitória, constatamos um contexto de influência dinâmico que pode ser identificado nas contradições e tensões, nos diferentes momentos em que o texto da política foi sendo produzido e reatualizado. Observa-se uma pluralidade de leituras que, em razão da pluralidade de leitores, abriu espaço para o entendimento da complexidade e abrangência de uma proposição política, bem como da arena em que conflitam diferentes perspectivas.

A pluralidade dos diferentes atores presentes e suas diferentes formas de participação, tensões e desejos, acabaram produzindo em Vitória traduções do texto da política, resultado da ação criativa dos sujeitos envolvidos diretamente nos seus respectivos contextos. E é justamente a imprevisibilidade desse processo plural que nos auxiliou a ampliar a avaliação sobre os efeitos da política, compreendendo as complexas relações que têm envolvido a política educacional no sistema municipal de Vitória, no contexto de atrofias das políticas públicas. Essa inflexão contribuiu de maneira significativa para investigar possíveis práticas produzidas nas escolas que ofertam a EJA em Vitória.

Na pesquisa, procuramos avaliar os efeitos de uma política educacional para além dos dados estatísticos e identificamos que, em Vitória, existe um texto da política de EJA que, desde sua primeira elaboração, tem sido amplamente discutido com educadoras, gestoras e educandas. Ao mesmo tempo, no contexto da prática, percebemos diferentes traduções criadoras e recriadoras de ações pedagógicas que avançam em direção à proposta descrita no texto, ampliando a concepção de EJA e trazendo novos acontecimentos para uma práxis referenciada na educação popular.

Nessas traduções, os efeitos evidenciam-se na coexistência de processos de acomodação, caracterizados por ações pedagógicas em que a escola se apresenta distanciada e, às vezes, até mesmo como uma barreira ao reconhecimento da prática social e das dimensões de formação das juventudes, da adultez e da velhice.

Observamos um movimento de diversificação da oferta, que objetivou atender às demandas educacionais a partir de pressões dos diferentes atores e movimentos sociais que reivindicavam o cumprimento do Plano Municipal de Educação. Entretanto, essas estratégias foram forjadas em um contexto macro que tem calculadamente capilarizado a atrofia das políticas públicas.

A condição de decadência na EJA de Vitória, além de não ter garantido o aumento de matrículas e diminuição de pessoas acima de 15 anos fora da escola, instalou como efeito uma tensão permanente entre duas perspectivas: uma assume a EJA como oportunidade com ações que fortalecem processos que vão ao encontro de uma perspectiva liberal e mercadológica; na contramão dessa proposta, constata-se a marca da EJA como direito nos processos de abertura de novas escolas, formulações coletivas de diferentes propostas pedagógicas, movidas pela ação criativa de técnicas, educadoras e educandas, que têm produzido movimentos instituintes que escapam, pelo menos temporariamente, à produção de apatriamentos.

Constatamos um processo agressivo de transferência de educandas, em sua maioria, jovens e negras, matriculadas no Ensino Fundamental Regular para as escolas que ofertam a EJA, em especial no terceiro trimestre letivo e no período de férias escolares. Destacamos que grande parte das novas matrículas efetivadas na EJA de Vitória não são de educandas que se encontram fora da escola, mas sim de jovens que já estavam matriculadas nas escolas de Ensino Fundamental do próprio município.

As matrículas do público-alvo da Educação Especial, das pessoas que residem em situação de rua e das idosas estão concentradas, majoritariamente, em uma única escola e em turmas de primeiro segmento. Isso nos permite afirmar que a impermeabilidade das políticas teve como um efeito, na EJA de Vitória, a criação de espaços institucionalizados em que foram produzidas formas específicas de acesso, porém essas não têm garantidas as mudanças nos padrões de acesso em outros espaços, equipamentos e serviços públicos da cidade, bem como nas relações e circunstâncias que afastam e/ou impedem com que essas mesmas pessoas acessem seus direitos.

Nessa marcha constante de garantia do direito à educação, as idosas têm criado uma movimentação específica, atuação própria em relação ao tempo institucional da oferta, tencionando as relações entre o direito à educação, os tempos específicos de aprendizagens e a lógica de fluxo linear estabelecida na organização dos sistemas de ensino.

As traduções que identificamos nos encontros das modalidades de Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos apontam-nos para a necessidade de aprofundarmos as

discussões acerca de um processo de formação inventiva em uma perspectiva de inclusão menos daltônica, que reconheça as interseccionalidades, a produção “subjéctiva da deficiência” em detrimento de uma prática pedagógica orientada por uma perspectiva clínica e produtora de patologias.

Em relação à Educação Profissional em Vitória, embora recente e iniciada em um contexto adverso e de atrofias, observamos escapes cujas traduções no contexto das práticas podem contribuir com processos de integração curricular. Entretanto apresenta uma necessidade de ampliação de interlocuções que possam fortalecer a experiência e fundamentalmente os seus sentidos de integração. A marca da atrofia das políticas públicas bem como as criações produzidas por gestoras e educadoras na EJA profissional, podem servir como possibilidade para outros coletivos e auxiliá-los na não incorrência de erros estratégicos e estruturais no processo de construção de uma política pública.

### **Considerações Finais**

Os tempos sombrios caracterizados pela necropolítica, pelo fortalecimento da impermeabilidade e, ao mesmo tempo, de atrofias das políticas públicas, apresentam para este trabalho um desafio singular de abrir espaços e canais de diálogos acerca do direito à educação, em especial, a Educação de Jovens e Adultos.

As constantes ameaças e pequenos movimentos efetivos de fechamento de turmas, somadas ao cerceamento dos espaços de diálogo, impulsionaram uma ação coletiva de profissionais que atuam na EJA e que, em defesa da política, articularam-se com o Fórum de EJA/ES, exigindo da SEME-Central a retomada do diálogo e da construção coletiva. Esse evento reitera a nossa tese de que a política de EJA de Vitória é permanentemente construída em processos de participação coletiva.

Por fim, nossa tese inicial confirma-se, visto que a política de EJA em Vitória tem se manifestado em inúmeras traduções que, ao serem analisadas de forma não hierarquizada ou classificadas, a partir de suas proximidades e/ou distanciamentos do texto da política, somadas à participação permanente e plural em diferentes espaços de diálogos, a EJA de Vitória tem se constituído como uma experiência de criação e recriação de novas formas de sociabilidade, promovendo processos de reinvenção da democracia e ampliando horizontes para o repensar das acomodações, mas, fundamentalmente, para o inventar de práticas que contribuam para o fortalecimento de sujeitos coletivos que atuem no enfrentamento da necropolítica, subvertendo a lógica de produção de apátridas.

### **Referências**

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Pólen, 2019. (Feminismos Plurais/Coordenação de Djamila Ribeiro).

ARENDT, Hannah. A dignidade da política: ensaios e conferências. Tradução: Helena Martins e outros. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993

ARENDDT, Hannah. A promessa da política. Organização e introdução de Jerome Kohn. Tradução: Pedro Jorgensen Jr. 6. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2016.

BALL, Stephen John; MAINARDES, Jefferson. Políticas Educacionais: questões e Dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

BAUDELAIRE, Charles. Le peintre de la vie moderne. In: BAUDELAIRE, Charles. Œuvres Complètes II. Texte établi, présenté et annoté par C. Pichois. Paris: Gallimard, 1976. p. 683-724 (Bibliothèque de la Pléiade)

BONETI, Lindomar Wessler. Fundamentos epistemológicos de las políticas educativas: de larazón moderna ao discurso de inclusión social. In: TELLO, César G. Los objetos de estudios de la política educativa. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Autores de Argentina, 2015.

FREIRE, Paulo. Política e Educação. São Paulo: Cortez, 2001.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educação e Sociedade, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.